Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)
7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da ABRI
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 12 a 14 de dezembro de 2024
AT: Análise de Política Externa

DE 6 A 8 DE JANEIRO: UMA ANÁLISE DA RELAÇÃO BRASIL-EUA DIANTE DOS ATAQUES ANTIDEMOCRÁTICOS

Luísa Barbosa Azevedo
Mestranda em Relações Internacionais do Programa de Pós´graduação em Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI-UERJ)

Rio de Janeiro
2024

RESUMO

Ao longo de 200 anos de relações bilaterais, Estados Unidos e Brasil tiveram a comum missão de consolidação do Estado democrático após suas independências, sendo considerados as maiores democracias das Américas. Essas democracias passaram, em 2021 e 2023, respectivamente, por ataques de grupos antidemocráticos que invadiram e destruíram partes dos principais prédios de suas instituições. O marco internacional desses acontecimentos reverbera em um contexto de enfraquecimento do ideal democrático liberal, propagado pelos EUA como modelo. O presente artigo tem como objetivo analisar a relação bilateral entre Brasil e EUA no que tange a esses ataques antidemocráticos. Nesse contexto, a agenda bilateral democrática se torna um dos pontos centrais nas discussões iniciais do governo de Joe Biden e de Luiz Inácio "Lula" da Silva. Parte-se da hipótese que esses movimentos antidemocráticos são relacionados e legitimados por autoridades dos governos antecessores e pela ascensão de ideias de extrema direita de contestação democrática. Assim, de que maneira os ataques antidemocráticos no Brasil e Estados Unidos foram inseridos na agenda bilateral? Com isso, a pesquisa bibliográfica e documental, de natureza analítica, utiliza-se de documentos oficiais, declarações conjuntas, discursos, notícias e artigos acadêmicos, vistos através da análise de conteúdo e de discurso. Como referencial teórico, foram observadas percepções pós-estruturalistas das relações internacionais de Robert Walker, teóricos políticos e suas concepções da democracia americana, como Alexis de Tocqueville e Robert Dahl.

Palavras-chave: Relações Brasil-Estados Unidos; Democracia; Movimentos antidemocráticos; Governo Lula III; Governo Biden.

ABSTRACT

In the course of 200 years of bilateral relations, the United States and Brazil had the common mission of consolidating the democratic State after their independence, being considered the largest democracies in the Americas. These democracies experienced, respectively, in 2021 and 2023, attacks by anti-democratic groups that invaded and destroyed parts of the main buildings of their institutions. The international impact of these events reverberates in a context of weakening of the liberal democratic ideal, propagated by the USA as a model. This article aims to analyze the bilateral relationship between Brazil and the USA regarding these anti-democratic attacks. In this context, the bilateral democratic agenda becomes one of the central points in the initial discussions of the government of Joe Biden and Luiz Inácio "Lula" da Silva. It is assumed that these anti-democratic movements are related and legitimized by authorities from previous governments and by the rise of far-right ideas of democratic contestation. So, how were the anti-democratic attacks in Brazil and the United States included on the bilateral agenda? Therefore, this bibliographic and documentary research, of an analytical nature, uses official documents, joint statements, speeches, news and academic articles viewed through content and discourse analysis. As a theoretical reference, post-structuralist perceptions of International Relations by Robert Walker, political theorists and their conceptions of American democracy, such as Alexis de Tocqueville and Robert Dahl, were observed.

Keywords: United States-Brazil Relations; Democracy; Anti-democratic movements; Lula Administration III; Biden Administration.

1 INTRODUÇÃO

Os regimes democráticos dos Estados Unidos e do Brasil foram alvo de ataques em 2021 e 2023, respectivamente. O cenário parecido de invasão a prédios de instituições simbólicas do regime democrático como o Capitólio, em Washington, D.C., e a Praça dos Três Poderes, em Brasília, provocado por grupos antidemocráticos que contestavam o resultado das eleições é notável. Ainda, tem-se a legitimação desses movimentos por parte de autoridades de governos antecessores. Nessa conjuntura, a crise democrática liberal do século XXI, em ambos os países, produziu impactos nacionais, regionais e internacionais.

No caso dos EUA, observou-se uma passagem turbulenta do início do governo de Joe Biden, em 2021, assim como, dois anos depois, no caso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A governança democrática pode, então, vir a se tornar um dos pontos centrais da agenda bilateral entre EUA e Brasil. Assim, questiona-se: a agenda democrática foi inserida na relação entre os países após os ataques? Em caso positivo, de que maneira?

O presente artigo tem, portanto, o objetivo de analisar a relação bilateral entre Brasil e EUA em relação aos ataques antidemocráticos e à proteção das instituições democráticas. Tem-se como principal hipótese a relação da ascensão de movimentos político-ideológicos de extrema direita — trumpismo e bolsonarismo — com a contestação democrática instituída. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental, de natureza analítica, que utiliza documentos oficiais, declarações conjuntas, discursos, notícias e artigos acadêmicos. Como suporte teórico, o artigo conta, sobretudo, com a percepção pós-estruturalista de Robert Walker e com o trabalho de Robert Dahl, no âmbito da teoria política contemporânea.

A relevância do estudo está em sua contemporaneidade. Os desafios da governança democrática são um cenário que transborda do nacional para o internacional. Dessa maneira, a reflexão acerca do Estado de Direito é de extrema importância cívica e deve ser revisto cientificamente. Além disso, o conteúdo abordado é de interesse para os estudos sobre as relações bilaterais entre Brasil e EUA.

Além de introdução e considerações finais, este artigo está dividido em cinco seções. Na primeira, é apresentado o conceito de democracia e sua relação intrínseca com o surgimento dos Estados Unidos como “nação excepcional” de influência nas Américas após a independência. Na segunda, traça-se um breve histórico do surgimento das instituições democráticas nos EUA e no Brasil. Na terceira, analisa-se a agenda democrática inserida nas relações bilaterais entre os países. Na quarta, os ataques antidemocráticos e seu contexto relacional são explicitados. Por fim, na quinta, é analisado o possível caminho para uma agenda de governança democrática conjunta dentro das relações bilaterais entre Brasil-EUA nos governos Lula e Biden.

2 A DEMOCRACIA E O EXCEPCIONALISMO AMERICANO

A democracia na tradição do Estado republicano moderno é definida como um "regime policrático oposto ao regime monocrático", segundo verbete do *Dicionário de Política* (Bobbio, 2004, p. 322). Essa definição entende que a forma de governo e o republicanismo se sobrepõem, na concepção liberal do Estado. Entre os teóricos, destaca-se o trabalho de Robert Dahl (1997, 2009), um dos principais pensadores da teoria democrática contemporânea. O autor estabelece critérios para um processo tipicamente democrático, sendo eles: participação efetiva, igualdade de voto, entendimento esclarecido, controle do programa de planejamento e inclusão dos adultos.

A partir do estudo da constituição da democracia desde a Grécia antiga até a Europa Setentrional, ele estabelece condições favoráveis ao desenvolvimento da democracia, como sociedade e economia de mercado moderno e um fraco pluralismo subcultural, instituído em associações preferencialmente em pequena escala. Dessa maneira, constrói um conceito alternativo para a análise dos regimes democráticos existentes, denominando-os como "democracias reais" (Dahl, 1997). A teoria dahlsiana propõe a investigação de características de um sistema político democrático, na medida em que se aproxima das condições despóticas de "democracia ideal" por meio do método descritivo. Assim, o autor define as democracias contemporâneas como poliarquias:

> Como um resultado histórico dos esforços pela democratização e liberalização das instituições políticas do Estado-nação; como um tipo peculiar de ordem ou regime políticos que, em muitos aspectos importantes, difere não apenas dos sistemas não democráticos de todos os tipos, como também das democracias anteriores, em pequena escala; como um sistema de controle político no qual os funcionários do mais alto escalão no governo do Estado são induzidos a modificar sua conduta a fim de vencer eleições quando em competição com outros candidatos, partidos e grupos; como um sistema de direitos políticos; ou como um conjunto de instituições necessárias ao processo democrático em grande escala (Dahl, 2012, p. 346-347).

Na questão social da democracia, Dahl (2009) relaciona a livre-expressão com o processo democrático como parte fundamental da participação dos cidadãos na vida política. Para a experiência democrática americana, o direito à livre-expressão é basilar, tendo sua garantia na Primeira Emenda à Constituição dos Estados Unidos:

> A Primeira Emenda estabelece diversas proteções de direitos: expressar ideias por meio da fala e da imprensa, reunir-se com um grupo para protestar ou por outros motivos e pedir ao governo que resolva problemas[1] (EUA, 1789).

[1] Todas as traduções deste artigo são de responsabilidade da autora. Trecho original: "The First Amendment provides several rights protections: to express ideas through speech and the press, to assemble or gather with a group to protest or for other reasons, and to ask the government to fix

No caso dos Estados Unidos, a teoria política de Dahl auxilia na compreensão da definição moderna de democracia e de seu surgimento, especialmente na existência anterior de mecanismos legislativos representativos dos interesses sociais. Garantido pela Constituição americana, o direito à livre-expressão é o pilar, no qual o modelo liberal de democracia foi constituído, assim como na concepção de poliarquia de Dahl.

Para entender a democracia nos EUA, volta-se também para o trabalho de referência do escritor francês Alexis de Tocqueville, *A democracia na América: leis e costumes,* de 1835 (Tocqueville, 2005). Enviado aos Estados Unidos pelo governo da França, em 1831, para estudar o sistema prisional desse país, o historiador usou o pretexto para estudar o Estado e a sociedade da recém-democracia. Em dois volumes, o autor francês exalta a igualdade presente no modelo democrático estadunidense. Um marco de seu estudo é a observação da influência das leis e do direito nas instituições políticas americanas, sendo a representatividade expressa pelo voto essencial para a forma de governar. Dessa maneira, Tocqueville marca a característica distintiva de governar do Estado estadunidense como:

> Na América, o povo nomeia aqueles que fazem a lei e aqueles que a executam; eles próprios formam o júri que pune as infrações à lei. As instituições não são apenas democráticas em seu princípio, mas também em todo o seu desenvolvimento; assim o povo nomeia seus representantes de forma direta e geralmente escolhe todos os anos para manter seus representantes sob maior grau de sua dependência[2] (Tocqueville, 2005, p. 206).

A concepção democrática dos EUA é, portanto, pautada por valores e ideais liberais e republicanos. O sentimento nacional da recém-democracia observada por Tocqueville viria a ser inscrito como missão e objetivo nacional de defesa e propagação da liberdade e da democracia, devido à excepcionalidade americana como "uma consequente missão de destino ou responsabilidade, única entre as nações, de servir como exemplo de liberdade para a raça humana, de transmitir aos outros seu sucesso e para liderar o mundo na maioria das áreas de atuação"[3] (Selcher, 2021, s/p). Ainda assim, ressalta-se que o valor de liberdade e cidadania estadunidense foi pautado em diversas exclusões, como dos os povos indígenas e da população negra no país.

---

problems. It also protects the right to religious beliefs and practices. It prevents the government from creating or favoring a religion".

[2] Trecho original: "In America the people name those who make the law and those who execute it; they themselves form the jury that punishes infractions of the law. Not only are institutions democratic in their principle, but also in all their developments; thus the people name their representatives directly and generally choose them every year in order to keep them more completely under their dependence".

[3] Trecho original: "American Exceptionalism has frequently been voiced as the assertion that the United States is superior and has a consequent mission of destiny or responsibility, unique among nations, to serve as an example of freedom and liberty for the human race, to pass on to others its success, to lead the world in most areas of endeavor, as a 'City on a Hill'".

A missão civilizatória tomou forma no Destino Manifesto, em que, consequentemente, o expansionismo era parte da política e da cultura estadunidense desde sua formação. Essa narrativa criada e repetida no decorrer da história é usada para legitimar a ação hegemônica dos EUA sobre outras culturas, em que:

> … permanece como referência compartilhada, justificando opiniões, mobilizando ações e reações e oferecendo elementos para a unidade nacional, ainda que, como se sabe, seja difícil de atingir unidades e unanimidades em níveis elevados nas democracias modernas (Junqueira, 2018, p. 169).

Nesse contexto, a agenda de política externa estadunidense se molda a partir do entendimento de uma nação excepcional com a missão de propagar seu modelo democrático e republicano para o mundo. Este último foi, então, exportado e, muitas vezes, imposto aos países recém-independentes das Américas, como expresso na Doutrina Monroe, de 1823. A "América para os americanos" é também a América aos moldes dos estadunidenses:

> Como visto, a narrativa da nação pressupõe o excepcionalismo norte-americano, dando um lugar especial para os nascidos ali e oferecendo modelos de atuação e destino a cumprir, mas o excepcionalismo manifesta-se igualmente em âmbito internacional, na medida em que o país se colocava como modelo para os outros (Junqueira, 2018, p. 48).

Os ideais estadunidenses de democracia e de liberdade movimentaram o ideário republicano da população brasileira, no então recém-independente Império do Brasil (1822-1889). Esses ideais e a busca pela prosperidade alcançada pelos EUA influenciaram a elite intelectual e política brasileira na formação da república brasileira (Ricupero, 2018).

O processo democrático brasileiro pode, então, ser analisado sob a perspectiva da influência estadunidense. O regime republicano foi implementado desde 1889 e, apesar de instabilidades e do período de Regime Militar (1964-1985), perdura até a história atual. Há, ainda, a intensificação da cooperação e da exaltação das democracias brasileira e estadunidense como agenda de política externa, especialmente no contexto de globalização (Bandeira, 1999).

Levando-se em consideração os exemplos estadunidense e brasileiro, este artigo correlaciona a teoria política à disciplina de Relações Internacionais a partir da contribuição de Robert Walker em *Inside/Outside: Relações Internacionais como teoria política*, publicado em 1992. Sua análise pós-estruturalista busca demonstrar que as teorias das Relações Internacionais são inerentemente políticas em sua ontologia, partindo da contestação do conceito de soberania. Entre as principais referências, está o trabalho do filósofo francês Michel Foucault (1979) sobre a articulação entre conhecimento e poder e a produção de representações dominantes da sociedade, a qual produz o indivíduo moderno e livre como sujeito racional. A crítica de Walker da separação do nacional e internacional pelas Relações

Internacionais questiona, então, as tradições intelectuais, na medida em que reconhece o papel do discurso como formador da realidade contemporânea.

Na articulação política moderna, as teorias de Relações Internacionais, principalmente da corrente realista, são desafiadas pelo princípio de soberania estatal. Como crítica pós-estruturalista, o autor entende que o esforço científico das Relações Internacionais, ao tentar identificar e prever comportamentos, acaba por naturalizar os próprios conceitos criados. Assim, delimita três grupos de problemas quanto ao entendimento da vida política moderna: a interpretação de que a vida política moderna é construída a partir da história; as categorias dentro das quais são explicadas essas mudanças históricas; e a predominância de horizontes discursivos que legitimam e sustentam explicações dominantes no curso da História (Walker, 2013). Como discurso dominante, no contexto do trabalho, contempla-se o ideal estadunidense de democracia.

O autor argumenta que os limites espaciais dos Estados se tornaram limites teóricos e que, nesse contexto contemporâneo, implicam fragilidades internas que transbordam para o exterior. Entende-se, portanto, os limites teóricos das teorias de Relações Internacionais para compreender o pensamento político moderno, principalmente no que tange à hegemonização da narrativa nacional sob o pretexto da soberania nacional. Assim, é notável a limitação teórica para explicar processos políticos que transbordam a dinâmica territorial de um Estado. Um exemplo é a crise da democracia liberal no início do século XXI, na qual líderes de características autoritárias e contestadores do regime instituído ascenderam paralelamente (Rodrigues; Bellato, 2021). Essa tendência pode ser percebida no contexto do governo de Donald Trump, nos EUA, e de Jair Bolsonaro, no Brasil, os quais presenciaram ataques antidemocráticos, ao fim de seus mandatos, em 2021 e 2023, respectivamente.

Ainda assim, Walker não descarta o princípio da soberania estatal, ao passo que é constitutiva do imaginário da vida política desde a Modernidade dos séculos XVI e XVII. O surgimento do Estado moderno, a partir de sua teoria política, pode ser entendido de forma a abranger discussões contemporâneas como a contestação do mesmo.

3 AS DUAS MAIORES DEMOCRACIAS DA AMÉRICA

O processo de independência das 13 colônias inglesas e de formação do Estado nacional são considerados marcos para a democracia moderna pela instituição de uma república federativa para além do continente europeu. A Declaração de Independência de 1776 dos Estados Unidos da América considera que, “sempre que qualquer forma de governo se tornar destrutiva desses fins, é direito do povo alterá-la ou aboli-la e instituir um novo governo”[1], baseado em princípios de segurança e de busca da felicidade como direitos

inalienáveis. O documento independentista formalizado no período da Confederação (1776-1789) serviu de substrato para a construção do Estado nacional (Grant, 2012), sacramentado na Constituição em 1787.

A narrativa forjada pela inaugural república tinha como visão a necessidade de criar uma identidade cultural estadunidense. Dessa maneira, construíram-se heróis nacionais vistos como guerreiros da independência e arquitetos do Estado, denominados “Pais Fundadores da Nação”. Entre eles, estão George Washington (1732-1799), primeiro presidente dos EUA (1789-1797); Thomas Jefferson (1743-1826), autor da Declaração de Independência e também presidente do país (1801-1809); e outros líderes da vida pública como Benjamin Franklin (1706-1790), John Adams (1735-1826), Alexander Hamilton (1755-1804), James Madison (1751-1836) e John Jay (1745-1795). Além disso, recuperavam-se símbolos e elementos da Antiguidade, como a arquitetura neoclássica do Capitólio (Figura 1), a fim de retomar a virtude cívica considerada perdida pelos europeus (Junqueira, 2018).

Figura 1 - O Capitólio em 1895

Fotografia do Capitólio em 1895. A arquitetura em estilo neoclássico remete aos ideais da Grécia e Roma Antiga. O edifício é um símbolo da democracia estadunidense. Fonte: Architect of the Capitol (s/d).

Considera-se, então, o papel da narrativa da nação no “Excepcionalismo americano” que, de forma particular e linear, criou um modelo de nação desde os primórdios da república nos EUA (Junqueira, 2018). Esse pensamento foi aplicado igualmente aos âmbitos nacional e internacional. Neste último, implica a colocação do país como um modelo a ser seguido

pelos outros. Essa dinâmica norteou as relações dos EUA com os também embrionários Estados nacionais na América portuguesa, ou espanhola, como o Brasil.

A trajetória da democracia brasileira é recente e moderna em sua concepção. Da independência de Portugal, em 1822, e instituição de um regime monárquico e centralizado — e depois um Império — até a proclamação da República por um golpe de Estado em 1889, a identidade nacional brasileira dependia da coesão interna e da consolidação do território nacional (Doratioto; Vidigal, 2014). Em 1930, teve início a Era Vargas (1930-1945), de preocupação com o sentimento de pertencimento e desígnio nacional em um governo centralizador.

Entre 1945 e 1964, o Brasil vivenciou um curto período democrático de crescimento econômico e olhar político para a unidade nacional. Um marco desse é a construção da Praça dos Três Poderes (Figura 2), em Brasília, como capital federativa, finalizada em 1960 durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). O logradouro público contém três edifícios simbolizando: o Palácio do Planalto, sede do Executivo federal; o palácio do Supremo Tribunal Federal, sede da instância superior do Judiciário; e o palácio do Congresso Nacional do Brasil, sede do Legislativo federal. Além da simbologia democrática e de unidade nacional, a nova capital tinha ainda como dimensão política “um instrumento de isolamento político, um espaço protegido para o desempenho governamental” (Chaia; Chaia, 2008, p. 171).

Figura 2 - A Praça dos Três Poderes em Brasília

Praça dos Três Poderes em data desconhecida. Ao centro, está o palácio do Congresso Nacional; à direita, o palácio do Supremo Tribunal Federal; e, à esquerda, o Palácio do Planalto. Fonte: Acervo do Arquivo Nacional.

Em 1964, um golpe militar instaurou um dos mais longevos regimes militares da América Latina (1964-1985). Sob a tutela das instituições militares, o Estado brasileiro foi marcado pela repressão política e, dos governos Castelo Branco até Médici (1964-1974), pelo alinhamento ideológico com os EUA (Gonçalves; Miyamoto, 1993) no contexto da Guerra Fria (1945-1991). O retorno gradual ao governo civil veio em 1985, representando na Constituição de 1988 um marco do compromisso democrático do país.

Nessa conjuntura, o governo Lula (2003-2010) chama a atenção pelo posicionamento de liderança regional brasileira no contexto sul-americano e de autonomia frente aos interesses nacionais dos EUA. No contexto internacional de unilateralismo estadunidense após os ataques de 11/9 e de estabilidade democrática brasileira, a Política Externa dos dois primeiros governos Lula, classificada de “ativa e altiva” pelo então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (2003-2010), apresenta uma postura assertiva baseada na defesa da soberania e dos interesses nacionais mediante uma estratégia de “autonomia pela diversificação”. Esse posicionamento fez a relação com os EUA seguir um critério pragmático de não-exclusividade, ao mesmo tempo que priorizava os laços com países do Sul Global (Vigevani; Cepaluni, 273, p. 306). Dessa maneira, as relações Brasil-EUA estiveram em um momento de divergências e de insatisfação mútua quanto à percepção de interesses nacionais, especialmente em questões de instituições regionais de comércio e organizações internacionais (Pecequilo, 2003).

A presidente Dilma Rousseff (2011-2016), sucessora e partidária de Lula, enfrenta um contexto doméstico polarizado e internacional hostil à estratégia de diversificação de parcerias, devido aos efeitos da crise financeira de 2008. Essa conjuntura culmina em sua deposição em 2016, significando um ápice da instabilidade política do regime democrático brasileiro pós-Regime Militar. Tem-se, então, uma ruptura no imediato pós-*impeachment* da presidente Dilma Rousseff de um posicionamento da Política Externa brasileira de autonomia frente aos interesses estadunidenses (Lopes, 2017, p. 165). Após o *impeachment* de Dilma, assume seu então vice, Michel Temer, marcando um governo de ruptura com as administrações anteriores e com foco na busca de “legitimidade” frente à instabilidade política no país. Na Política Externa, destaca-se a “desideologização” da mesma e uma agenda voltada para as relações comerciais (Silva, 2019, p. 31).

A conturbada eleição de 2018 marcaria o aprofundamento da descontinuidade do projeto de um posicionamento brasileiro mais pragmático e autônomo ante os interesses estadunidenses. Com estratégias de comunicação e desinformação semelhantes às adotadas na campanha de Donald Trump (2017-2021) nos EUA, Bolsonaro (2019-2022) chega à

Presidência com uma Política Externa de alinhamento ideológico, acrítico e automático com os EUA (Gonçalves; Teixeira, 2020, p. 192). Nos quatro anos de administração, houve repetidos ataques contra instituições democráticas e o Estado de Direito do Brasil, em especial ao Supremo Tribunal Federal. Em 7 de setembro de 2021, o então presidente, em discursos a apoiadores em São Paulo e em Brasília, fez alegações de fraude eleitoral sem qualquer evidência: “não podemos admitir eleições que pairem dúvidas sobre os eleitores” (Human Rights Watch, 2021, s/p).

4 O EIXO DEMOCRÁTICO DAS RELAÇÕES BRASIL-EUA

A relação bilateral Brasil-EUA tem início com o marco do reconhecimento estadunidense da independência do Brasil do Reino de Portugal em junho de 1824, tendo sido o primeiro Estado a reconhecê-la. Essa decisão se deu no âmbito da política externa dos EUA às Américas inaugurada pelo presidente James Monroe (1817-1825), em 1823, durante o discurso anual do Estado da União do presidente perante o Congresso (SOTU, na sigla em inglês), denominada de Doutrina Monroe. Conforme mencionado em seção precedente, com o lema de “América para os americanos”, essa política consolidou o interesse estadunidense de influência sob os países da região.

Anteriormente a esse período, ambos os países passaram por um momento histórico de consolidação do Estado-nação. Para os EUA, o período de 1776 a 1898 foi marcado pelo desenvolvimento de instituições democráticas, por muitas vezes com cisões, como na Guerra Civil Americana (1861-1865), e da unidade territorial com vistas à expansão a Oeste (Pecequilo, 2003). Para o Brasil, desde a Proclamação da República, a consolidação das fronteiras e instabilidades políticas permearam o início do Estado brasileiro.

O alinhamento — ou distanciamento — dos EUA é, histórica e tradicionalmente, eixo norteador da política externa brasileira. Nesse sentido, o Brasil, inserido na zona de influência estadunidense, busca maneiras de balancear seus interesses com os da grande potência ao norte. A ideologia teve maior importante papel de destaque na constituição dessa política durante o período do Regime Militar (1964-1985). Nesse contexto, o núcleo da política externa brasileira era dirigido pela ideologia de fronteiras ideológicas, instaurado no governo Castello Branco e que perdurou até o governo Médici. Baseada no princípio de segurança coletiva, essa diretriz via a fidelidade irrestrita aos Estados Unidos como a única orientação possível para a projeção internacional brasileira (Gonçalves; Miyamoto, 1993).

Destaca-se que, após a redemocratização brasileira e no momento de (breve) ordem internacional unipolar dos EUA (Krauthammer, 1990), o governo brasileiro, na gestão de Itamar Franco (1992-1995) e de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), buscou inserir o

país no processo de globalização econômica, tendo a agenda de Democracia e Direitos Humanos sido importante para o reconhecimento das relações com os EUA (Moniz, 2005). Durante os governos de Lula (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), observaram-se momentos de altos e baixos da relação com os EUA, principalmente pela inserção do Brasil como potência emergente no Sistema Internacional e pelo posicionamento mais autônomo dos interesses nacionais brasileiros (Pecequilo, 2011). Destaca-se, ainda, a visita do então presidente Barack Obama (2009-2017) ao Brasil, em 2011, com negociações em Brasília com a presidente Dilma e um discurso ao povo brasileiro no Rio de Janeiro (EUA, 2011, s/p).

Os governos Bolsonaro e Trump marcam um processo de modificação ideologicamente próximo ao instaurado pela política externa do Regime Militar de fronteiras ideológicas. A política externa brasileira durante o governo Bolsonaro (2019-2022) abandonou a autonomia, princípio basilar da política do Itamaraty, e adotou o alinhamento total e acrítico aos EUA (Congressional, 2022), muitas vezes com tons de subserviência aos interesses estadunidenses na condução do então chanceler Ernesto Araújo (2019-2021). Esse arranjo se deu, principalmente, pela convergência da agenda dos presidentes de contestação da ordem política instituída, disseminação de notícias falsas e isolamento internacional com a saída de organizações e acordos internacionais.

5 ECOS E PARALELOS: OS ATAQUES ANTIDEMOCRÁTICOS NOS EUA E BRASIL

O 6 de janeiro de 2021 é um marco na história da democracia americana. A invasão de manifestantes pró-Trump — candidato republicano derrotado na eleição presidencial que não reconheceu e desacreditou o resultado eleitoral, alegando fraudes jamais comprovadas — desencadeou momentos de tensão em frente ao Capitólio, centro legislativo dos EUA, em Washington, D.C. Os apoiadores acreditavam na fraude da eleição, discurso legitimado por Trump, assim como a convocação para a manifestação e comício na capital americana na data de ratificação dos resultados eleitorais.

A ação dos apoiadores de Trump teve início após seu discurso em frente à Casa Branca sobre o resultado das eleições — Joe Biden obteve 306 delegados e 51,3% dos votos contra 232 delegados e 46,8% de Donald Trump (The New York Times, 2020, s/p). Ele alegava fraudes eleitorais, afirmando que, “se não lutarmos, não teremos mais um país” (Trump, 2021, s/p). Em determinado momento de sua fala, ele acrescenta:

> Viemos exigir que o Congresso faça a coisa certa e conte apenas os eleitores que foram legalmente indicados, legalmente indicados. Eu sei que todos aqui

> irão em breve marchar até o edifício do Capitólio para fazer ouvir suas vozes de forma pacífica e patriótica[4] (Trump, 2021, s/d).

Após o discurso de Trump, mais de 3 mil pessoas marcharam até o Capitólio e furaram o bloqueio da polícia. Dentro do edifício, eles destruíram diversos objetos históricos e a sessão do Congresso estadunidense, para certificação dos votos do Colégio Eleitoral, teve de ser interrompida em meio a ameaças aos congressistas. A invasão ao Capitólio (Figura 3) durou cerca de quatro horas e teve cinco mortos e 68 pessoas detidas no local. Em avaliação posterior sobre o ataque, identificou-se que houve falhas na segurança do Capitólio e lentidão na reação da polícia, assim como a participação de agentes policiais entre os apoiadores do atentado. No marco de três anos do ocorrido, 1.265 pessoas envolvidas na invasão foram condenadas no Distrito de Columbia, e 749 já receberam sentenças de encarceramento, ou de detenção domiciliar (EUA, 2024, s/p).

Figura 3 - Invasão ao Capitólio

Apoiadores do ex-presidente Donald Trump invadem o Capitólio, centro legislativo dos Estados Unidos, em 6 de janeiro de 2021. Fonte: Costello (2021).

A estratégia de comunicação de Trump a seus apoiadores criou uma narrativa de descredibilização das instituições democráticas estabelecidas e ataques contra as mídias tradicionais. Para tal, utilizava-se de comunicação direta através de redes sociais como o então Twitter (atual X), ataques à imprensa tradicional e a adversários, despolitização e

[4] Trecho original: “We have come to demand that Congress do the right thing and only count the electors who have been lawfully slated, lawfully slated. I know that everyone here will soon be marching over to the Capitol building to peacefully and patriotically make your voices heard”.

valores nacionalistas (Baptista; Hauber; Orlandini, 2022). Dessa maneira, o trumpismo tem na construção discursiva a representação de uma cultura nacionalista e de extrema direita.

A relação de poder expressa pelo discurso dá ao povo a direção de retomada da ingerência do Estado, tornando-se polarizador e radical por meio de comportamentos e de valores constituídos por quem fala. A retórica utilizada por Trump no discurso de 6 de janeiro, em seu contexto histórico-cultural, levou aos seus apoiadores a missão de retomarem o Estado, mesmo que à força. O componente nacionalista nos discursos para a sociedade também pode ser relacionado com características populistas de polarização — parte da crise da democracia liberal do século XXI (Rodrigues, Bellato, 2021, p. 255).

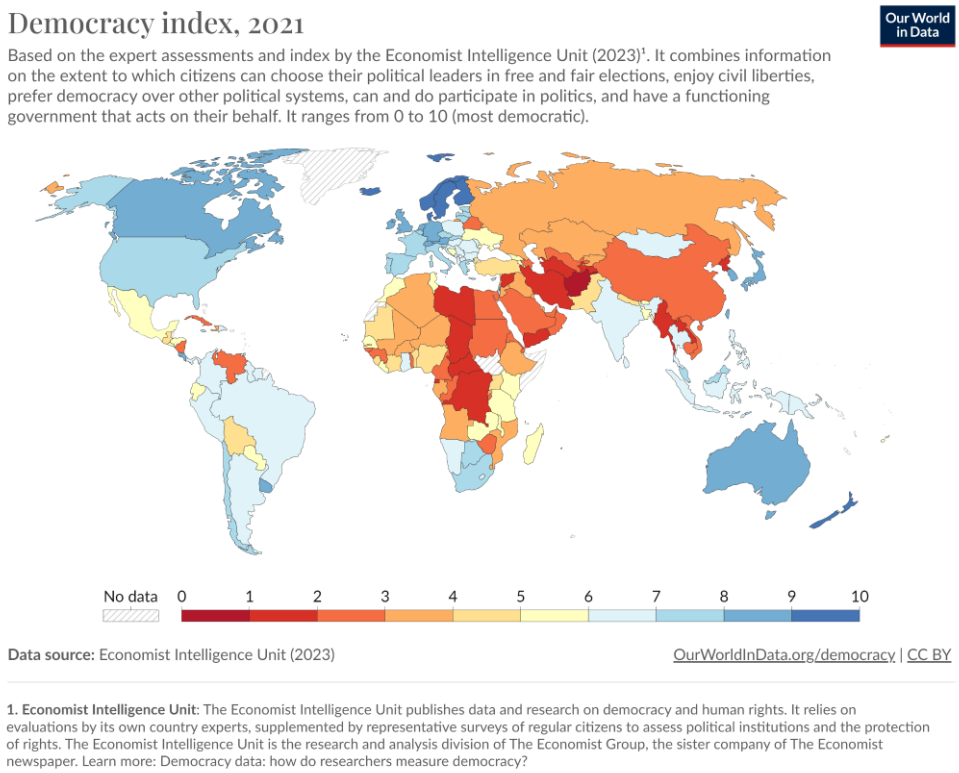
No marco de um ano da insurreição, o presidente Biden reforçou o posicionamento de *stand watch* ("ficar de guarda", em tradução literal) dos valores democráticos, frente ao que chamou de "esforço para descredibilizar os resultados eleitorais e derrubar a democracia americana" (EUA, 2022, s/p). No mesmo pronunciamento, também ressaltou a desunião, destacando a simbologia de "uma faca na garganta" da democracia. Esse discurso reconhece as dificuldades internas de coesão no governo. Desde que assumiu a presidência, a administração Biden ressalta a agenda doméstica referente ao fortalecimento da democracia e à defesa contra o autoritarismo como um problema de segurança nacional (EUA, 2021, s/p). Além disso, qualifica a governança democrática mundial como um "desafio que irá definir o nosso tempo" (EUA, 2023, s/d).

Nesse contexto, lançou a Iniciativa Presidencial para Renovação Democrática como parte de projetos para resiliência democrática e tecnológica, combate à corrupção, reformas baseadas nos direitos humanos e defesa de eleições justas e livres nos EUA e no mundo. Conforme inscrito em um documento de orientação da Estratégia de Segurança Nacional, o governo estadunidense reforça seu posicionamento excepcional de modelo democrático:

> Os Estados Unidos devem liderar pelo poder do nosso exemplo, e isso exigirá trabalho árduo em casa – para fortalecer os pilares fundadores da nossa democracia, para enfrentar verdadeiramente o racismo sistêmico e para cumprir a nossa promessa como uma nação de imigrantes. Nosso sucesso será um farol para outras democracias, cuja liberdade está interligada com a nossa própria segurança, prosperidade e modo de vida (EUA, 2021, p. 7).

O pós-6 de janeiro expressa como, mesmo após um momento conturbado na política interna, os EUA se reconhecem como modelo democrático a ser seguido pelo mundo. A narrativa de missão civilizadora da democracia na América se perpetua como mecanismo fundamental para a continuidade da hegemonia estadunidense no cenário internacional. Ainda que, no ano de 2021, o *Economist Intelligence Unit* tenha considerado o nível democrático das instituições americanas em seu patamar mais baixo desde 2006 (Figura 4):

Figura 4 - Índice de Democracia no ano de 2021, segundo *Our World in Data*



Mapa com o Índice de Democracia referente ao ano de 2021. Tradução: Com base nas avaliações de especialistas e no índice da *Economist Intelligence Unit* (2023). O índice combina informações sobre até que ponto os cidadãos podem escolher seus líderes políticos em eleições livres e justas, desfrutam de liberdades civis, preferem a democracia a outros sistemas políticos, podem e participam da política e tem um governo funcional que atue em prol da população. Varia de 0 a 10 (mais democrático). Fonte: Our World in Data (2023).

Devido às similaridades ideológicas do trumpismo e do bolsonarismo, os ataques de 6 de janeiro nos EUA instauraram um temor de um cenário similar no Brasil. Ante a mesma dinâmica de contestação do processo eleitoral brasileiro, Bolsonaro foi derrotado nas eleições de 2022 com 49,10% dos votos contra 50,90% de Lula (Brasil, 2022, s/p). E, do mesmo modo, atentados ou tentativa de golpe de Estado no país eram parte de ameaças feitas *online* por apoiadores do então presidente.

Assim como Trump, o ex-presidente não aceitou o resultado eleitoral e se pronunciou de forma a alegar fraude durante sua campanha presidencial (Estadão, 2023, s/p). A tradição da passagem da faixa presidencial de Bolsonaro para Lula foi rompida, assim como se viu na ausência de Trump na posse de Biden. Cabe relacionar a estratégia de comunicação de Bolsonaro com a de Trump, que, de maneira análoga, criou a narrativa entre seus apoiadores de contestação do processo eleitoral desde a campanha e necessidade de derrotar e tomar de volta

o Estado de Direito brasileiro, preferencialmente via redes sociais em contato mais direto (Júnior, 2023, p. 17).

Sobre a ascensão do bolsonarismo como movimento político-ideológico similar ao trumpismo, considera-se fundamental sua capacidade de convencimento e de comunicação:

> o bolsonarismo foi capaz de (1) identificar e reproduzir práticas e performances bem-sucedidas de movimentos globais de extrema direita, sobretudo nas redes sociais, mas também no campo da comunicação política pensada amplamente; (2) articular-se com grupos internacionais específicos que pudessem prover suporte ideológico, societário ou material aos seus contrapartes brasileiros; (3) alinhar narrativas domésticas e estrangeiras, seja no sentido de internalizar e legitimar pautas e movimentações do bolsonarismo, amplificar causas outrora negligenciadas no debate público, ou até mesmo fomentar percepções sobre inimigos internos e externos, compartilhadas com outros grupos além-fronteiras (Casarões, 2022, p. 16).

Após a derrota eleitoral de Bolsonaro, desde 2 de novembro de 2022, diversos apoiadores acamparam na porta de quartéis do Exército para contestar o resultado das urnas e pedir a intervenção das Forças Armadas. Esse tipo de manifestação é inconstitucional no país (Brasil, 2016). Em dezembro de 2022, o ainda presidente se pronunciou pela última vez, em uma *live* no YouTube, durante a qual não admitiu formalmente a derrota nas eleições, tampouco condenou as manifestações democráticas – qualificando-as como “fruto de indignação e sentimento de injustiça de como se deu o processo eleitoral” (Folha de S. Paulo, 2021, s/p). Em seguida, viajou para o estado da Flórida, nos Estados Unidos.

Em 8 de janeiro de 2023, cinco mil manifestantes e apoiadores de Bolsonaro partem do Quartel General (QG) do Exército, em Brasília, no Distrito Federal, rumo à Esplanada dos Ministérios, onde invadem o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o Supremo Tribunal Federal (STF) (Figura 5). Sabe-se que grupos empresariais financiaram a viagem dos manifestantes até a capital federal e que houve o apoio de membros das Forças Armadas, próximos ao governo Bolsonaro (O Globo, 2023, s/p). Após decreto de intervenção federal na segurança do Distrito Federal, as forças policiais desocupam os prédios até a noite, com o retorno do presidente Lula, que estava em São Paulo. O ex-presidente Bolsonaro declarou em sua rede social que as depredações “fugiram à regra” e negou associação aos atos.

No dia seguinte ao ocorrido, o presidente Lula, os presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e ministros do STF divulgaram nota conjunta em defesa da democracia (Brasil, 2023, s/p). Além disso, no mesmo dia, Lula recebeu uma ligação do presidente Biden que declarou “apoio incondicional do país à democracia brasileira” e convidou seu homólogo brasileiro para uma visita a Washington, em fevereiro de 2023. Houve também o pronunciamento maciço de autoridades americanas do Partido Democrata sobre os ataques do Brasil, em meio ao silêncio de autoridades republicanas (Amorim, 2023).

Figura 5 - Invasão a Brasília

Apoiadores do ex-presidente Bolsonaro invadem a Praça dos Três Poderes, em Brasília, em 8 de janeiro de 2023. Fonte: Eraldo Peres/AP Photo.

Há ecos e paralelos nos ataques antidemocráticos nos EUA e no Brasil. Os ataques de 8 de janeiro de 2023 tiveram semelhanças com a invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021. Segundo Rubin e Ioris (2022, s/p), “o trumpismo e o bolsonarismo compartilham uma narrativa de eleições roubadas, com partidários vindos da direita que apóiam questões como direitos de armas e estruturas familiares tradicionais”. Além das fraudes, sem evidência, outro ponto comum foi a organização *online* dos ataques e a participação de influenciadores (ou *influencers*) de extrema direita.

Atos de vandalismo e ataques a símbolos democráticos marcaram as invasões. Forcas foram colocadas no jardim do Capitólio; danos à arte e à arquitetura do edifício e depredação de escritórios a figuras democratas como o escritório de Nancy Pelosi, então presidente da Câmara dos Representantes americana (D-CA), foram causados. No Brasil, obras de arte, como o painel do artista Di Cavalcanti, também acabaram danificadas no Palácio do Planalto, o brasão da República foi retirado da parede do STF, e o escritório do ministro do Supremo Alexandre de Moraes, depredado. A violência e a destruição de símbolos democráticos evidenciam o teor reacionário e extremista das manifestações, fundamentado na narrativa de descredibilização das instituições democráticas estimulada durante os governos de Bolsonaro e Trump.

Há, no entanto, uma diferença entre os ataques antidemocráticos nos dois países: o papel dos militares (Ioris, 2023, s/p). Apesar da participação de ex-membros das Forças

Armadas dos EUA, os principais líderes militares condenaram o ataque. Segundo Ioris (2023), na invasão ao Capitólio não havia a intenção de uma intervenção militar, mas sim uma tentativa de impedir a transferência de poder. Entretanto, no caso brasileiro, os manifestantes pediam, clara e reiteradamente, uma intervenção militar (o que, se levada adiante, tinha como objetivo um golpe de Estado), mais de uma semana após a posse de Lula. Além disso, houve atuação direta de membros do Exército e da Polícia Militar, que permitiram concentrações em frente ao QG em Brasília, considerado uma área de segurança, e inércia nas prisões dos depredadores durante a invasão na Praça dos Três Poderes (Piauí, 2023, s/p).

Sendo assim, há relação do apoio por parte de militares aos ataques de 8 de janeiro, principalmente, por sua significativa relação com o bolsonarismo, em parte pela participação política ativa durante o governo. Conforme Ioris (2023, s/p), estima-se que cerca de 6.000 militares da ativa tenham recebido cargos no governo brasileiro. Ainda que a presença de militares na administração pública seja constante no Brasil desde o golpe militar que instituiu a República, observou-se a intensificação do processo de militarização do governo brasileiro durante a gestão de Bolsonaro (Filho, 2021, p. 303).

6 LULA-BIDEN E O MOMENTO DEMOCRÁTICO

Em seu discurso de posse, em 1º de janeiro de 2023, o presidente Lula enfatizou a pretensão de abandonar o isolacionismo e reconstruir a imagem internacional do Brasil deixada pela administração anterior. Sobre a política externa, afirmou que:

> Nosso protagonismo se concretizará pela retomada da integração sul-americana a partir do Mercosul, a revitalização da Unasul e mais instâncias articulação soberana da nossa região. Sobre esta base poderemos reconstruir o diálogo ativo e altivo com os Estados Unidos, a Comunidade Europeia, a China, os países do Oriente e outros atores globais fortalecendo os Brics e a cooperação com os países da África e rompendo o isolamento a que o país foi submetido nesses últimos tempos (Lula, 2023, s/p).

A partir dessa retomada brasileira internacional, muitas eram as expectativas quanto à visita do presidente Lula à Casa Branca, em 10 de fevereiro de 2023. Agora em seu terceiro mandato, o presidente viajou para Washington com uma ampla agenda social e econômica, que teve entre seus principais pontos a reativação da agenda ambiental brasileira, dinamização de investimentos — em especial na área de transição energética — e fomento à agenda de direitos humanos (Brasil, 2023, s/p). Antes da visita, destacava-se o momento particular de desafios similares quanto à radicalização política e ao estado da democracia brasileira e estadunidense.

Apesar do distanciamento nos primeiros anos do governo Biden, a relação comercial entre Brasil e EUA continuou em expressivo crescimento, alcançando níveis recordes em 2021 (EUA, 2023, p. 15). De janeiro a junho de 2023, a corrente de comércio entre os países ficou em US$ 36,874 bilhões, sendo o segundo maior parceiro comercial brasileiro (atrás da China), com expressiva participação nas exportações do país (10,4%), segundo o *ComexStat* (Brasil, 2023, s/p). Ainda assim, a administração Biden evitava acusações diretas ao presidente Bolsonaro quanto a políticas de meio ambiente e Direitos Humanos, optando pela colaboração nessas agendas.

No mesmo período, o país sul-americano foi convidado a participar da primeira Cúpula para a Democracia, em 2021, e foi relançado o Grupo de Trabalho de Direitos Humanos Brasil-EUA, em 2022, a fim de fortalecer a cooperação em governança democrática na região (Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil, 2022, s/p). Para além do comercial, destaca-se o simbolismo do encontro entre Lula e Biden, de reconhecimento mútuo da retomada das relações bilaterais, como expresso por Teixeira (2023, s/p): “Há duas autoridades que, democraticamente eleitas, foram alvo da sanha destrutiva e rancorosa dos perdedores e que precisam lidar com as consequências e com o espólio político e social desses tempos”.

Entre os principais temas tratados na declaração conjunta do encontro, destacam-se democracia e direitos humanos; meio ambiente; e a crise internacional, deflagrada pela Guerra na Ucrânia, em fevereiro de 2022 (Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, 2023, s/p). Na questão democrática, observam-se as visões convergentes, em especial no combate à desinformação, destacando-se “a natureza vital e duradoura” das relações Brasil-EUA. Ambos reforçaram, também, a iniciativa da segunda reunião da Cúpula pela Democracia, que viria a ser realizada em março de 2023.

Na segunda edição da Cúpula pela Democracia, o presidente estadunidense declarou que a governança democrática, interna e externamente, é um dos principais desafios da atualidade (EUA, 2021, s/p). Em seu discurso na cúpula virtual, Biden destacou o papel da democracia estadunidense em uma ordem internacional democrática e conclamou os líderes dos mais de 100 países presentes e representantes da sociedade civil a assumirem compromissos concretos para combater a corrupção e promover os direitos humanos (EUA, 2021, s/p). Destaca-se em seu discurso a mobilização de símbolos da democracia estadunidense como a citação da Declaração da Independência para o ideal de nação que salvaguarda a liberdade, a segurança e busca pela felicidade dos seus cidadãos.

Em conformidade com a Iniciativa Presidencial para Renovação Democrática, lançada em 2021, o governo democrata pretende concentrar esforços na defesa e na expansão de resiliência democrática, por meio de áreas de trabalho essenciais como tecnologia, mídia independente,

combate à corrupção, reformas democráticas baseadas nos Direitos Humanos e defesa de eleições livres. Essa política ocupará US$ 690 milhões do orçamento fiscal para 2024, ainda sujeito à aprovação do Congresso. Trata-se de uma área de importante atuação da política externa do governo Biden.

Passado um ano do evento, foi inaugurada a exposição “Após 8 de janeiro: reconstrução, memória e democracia” sobre o ocorrido no STF, e realizado o ato “Democracia Inabalada”, no Senado Federal, com a presença do presidente Lula (Brasil, 2024, s/p). Na solenidade, ele ressaltou a ameaça de uma tentativa de golpe de Estado durante a invasão e afirmou que o discurso de ódio foi combustível para os ataques. Segundo o Ministério Público Federal, das 2.170 pessoas presas inicialmente pelos atos golpistas em Brasília, até o momento presente, 30 foram condenadas, e 66 continuam presas (Brasil, 2024, s/p). Ainda, foi instituída uma Comissão Parlamentar Mista Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2024, que conclui em relatório final:

> A violência física do Oito de Janeiro foi precedida pela violência simbólica que, durante todo o mandato de Jair Bolsonaro, constituiu parte essencial da estratégia de comunicação política do Governo Federal. Normalizada no primeiro escalão da República, a virulência verbal se disseminou entre o cordão de apoiadores do ex-presidente, que a utilizou como instrumento para calar as críticas e desqualificar os críticos, em uma escalada de agressividade e intolerância que culminaria com a tentativa de supressão material da própria oportunidade de diálogo, por meio do ataque às instituições democráticas (Brasil, 2023, p. 76-77).

Há, portanto, o reconhecimento da retórica bolsonarista de ameaça à democracia e da manipulação das massas para o ataque democrático. Dessa maneira, a análise discursiva, ainda em redes sociais, permite elucidar a dinâmica contemporânea de erosão da democracia a partir da ascensão do bolsonarismo como movimento político — ideológico — de maneira semelhante e correlacional ao trumpismo nos EUA.

A defesa da democracia é, portanto, uma política que transborda do interno para o externo, assim como entendida por Walker (2013), ao passo que evoca os desafios internacionais contemporâneos. Concomitante, o conceito de “democracia populista”, como analisado por Dahl, pode servir como ferramenta teórica para entender o trumpismo e o bolsonarismo. A narrativa desses movimentos de igualdade política e de soberania popular, a partir da vontade de uma maioria, categoriza-se, então, como populismo, devido à perda do pluralismo da poliarquia (Pereira, 2013, p. 18). Nesse cenário, a “democracia real” não seria possível, pela centralização das decisões políticas e pela contrariedade da pluralidade de forças. A teoria política contemporânea de Dahl estaria limitada ao entendimento desses regimes contemporâneos, devido ao distanciamento dos ideais democráticos utópicos, presentes desde a concepção dos EUA e do Brasil.

No entendimento da crise da democracia contemporânea, Oliveira (2023) analisa as iniciativas de política externa de Biden para a governança democrática como insuficientes para abarcar problemas contemporâneos, como o crescimento de movimentos de extrema direita (2023, s/p). Há, então, a continuidade do processo de erosão democrático, devido à redução de seus valores e problemas reais, que em sua origem são ideológicos e partidários.

Como analisado por Valentina Sader (2023) para o *think tank* americano *Atlantic Council*, os ataques democráticos nos EUA e no Brasil podem ter criado uma preocupação compartilhada que pode realinhar a relação bilateral entre os países. Ainda, sobre considerações de alinhamento ou autonomia sobre esse novo momento de relações Brasil-EUA, a agenda democrática pode ser central para impulsionar a relação bilateral por meio de esforços conjuntos:

> Um acordo bilateral mais regularizado — intercâmbio de lições aprendidas, compartilhamento de boas práticas e reforço de capacidades sempre que necessário — ajudaria a criar confiança e poderia então abranger outras áreas da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito. Tais intercâmbios devem se estender para além do Poder Executivo. Um esforço para construir relações entre os parlamentares dos EUA e do Brasil, por exemplo, poderia ajudar a estabelecer confiança entre os governos. Seria também uma forma de reconhecer que a crise imediata de 8 de janeiro pode ter passado, mas os desafios perduram, tal como eles fazem nos Estados Unidos[5] (Jones, Hart, García, 2023, s/p).

O compartilhamento de informações em questões jurídicas relacionadas aos ataques de 8 de janeiro no Brasil foi, então, um caminho possível para esse fortalecimento. Segundo a revista *Foreign Policy* (2023), membros do governo estadunidense, como o diretor da Agência Central de Inteligência (CIA, na sigla em inglês), William Burns, e o conselheiro de Segurança Nacional, Jake Sullivan, estavam cooperando com seus homólogos brasileiros, desde 2022, com o instituto de inibir pretensões do governo Bolsonaro de contestar os resultados das eleições (Viana, 2023, s/p).

Essa colaboração estadunidense para a garantia da transição democrática brasileira explicita a preocupação da administração Biden com o estado da segunda maior democracia nas Américas. O Brasil, como uma das cinco democracias mais populosas do mundo, é um importante parceiro estratégico dos EUA. Sua estabilidade política, principalmente pelo papel de liderança na sub-região da América do Sul, é conveniente e conciliável com os interesses

[5] Trecho original: "A more regularized bilateral arrangement — exchange of lessons learned, sharing of good practices, and capacity building where needed — would help build trust and then could be extended to other areas of democracy, human rights, and rule of law. Such exchanges should extend beyond the executive branch. An effort to build relations between U.S. and Brazilian parliamentarians, for example, could help build confidence between governments. It would be a way, too, to acknowledge that the immediate crisis of January 8 may have passed, but the challenges endure, just as they do in the United States".

nacionais estadunidenses de garantia da influência regional, sem competição direta com o mesmo. Dessa maneira, para o cenário internacional e regional, a crise na democracia brasileira prejudicaria e exacerbaria instabilidades internas do modelo democrático estadunidense.

O momento democrático vivido pelos governos de Lula e Biden insta a um novo capítulo para as relações bilaterais Brasil-EUA. A reunião entre os presidentes mostrou que "... os Estados Unidos e o Brasil são uma frente unida pró-democracia empenhada em fortalecer suas instituições democráticas e promover os valores democráticos globalmente"[6] (Sader, 2023, s/p). Seguido de ataques antidemocráticos de 2021 nos EUA, e de 2023, no Brasil, há uma janela de oportunidade do endurecimento de uma agenda de governança democrática pautada em convergência de visões e experiências. Ainda, considera-se que, a partir dessa, outras agendas de interesse brasileiro, como comércio bilateral e meio ambiente, podem ser ampliadas e/ou incorporadas a uma colaboração mútua em política externa entre os países.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impacto dos ataques antidemocráticos nos EUA, em 2021, e no Brasil, em 2023, ainda permanece em seus regimes democráticos. No contexto de crise democrática liberal, os casos estadunidense e brasileiro expõem a retórica de movimentos político-ideológicos — trumpismo e bolsonarismo, respectivamente — que usaram de estratégias de comunicação de massa para contestação do Estado de Direito que os instituiu. De acordo com a hipótese de pesquisa, foi constatado que essas narrativas foram as principais catalisadoras para a construção de uma realidade radicalizada dos princípios democráticos, as quais justificaram os atos de teor golpista.

A fim de responder a problematização do artigo, notou-se que, para os governos posteriores aos ataques, Biden e Lula, institui-se uma relação bilateral com centralidade nos desafios similares de fortalecimento da governança democrática. Analisa-se, portanto, a janela de oportunidade para o robustecimento das relações bilaterais entre os países, assim como o transbordamento para outras agendas como ambiental e comercial.

Durante a pesquisa, houve limitações metodológicas, devido à contemporaneidade dos acontecimentos e ao tamanho da amostra para análise de discurso. Há, ainda, a possibilidade de continuação do estudo com foco nas relações Brasil-EUA em agendas para além da democrática, assim como a respeito da continuidade da influência do trumpismo e do bolsonarismo durante os governos Biden e Lula e o impacto nas futuras eleições.

---

[6] Trecho original: "And, following the January 8 events, the meeting shows that the United States and Brazil are a united pro-democracy front invested in strengthening their democratic institutions and promoting democratic values globally".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Lucas. Reações de autoridades americanas ao atentado golpista em Brasília. **Observatório Político dos Estados Unidos**, 7 fev. 2023. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2023/02/07/reacoes-de-autoridades-americanas-ao-atentado-golpista-em-brasilia/>.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Relações Brasil-EUA no contexto da globalização** (parte II. Rivalidade Emergente). 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

_____. Política Exterior do Brasil - de FHC a Lula. **Projeto História**, v. 31, p. 109-130, 2005. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2313/1405>.

BAPTISTA, Érica Anita; HAUBER, Gabriela; ORLANDINI, Maiara Garcia. Despolitização e populismo: as estratégias discursivas de Trump e Bolsonaro. **Media & Jornalismo,** vol. 22, n. 40, Lisboa, jun. 2022.

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 2004.

BRASIL: Bolsonaro ameaça pilares da democracia. **Human Rights Watch**, 15 set. 2021. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2021/09/15/379911>.

BRASIL. Após um ano do 08 de janeiro, instituições celebram a democracia brasileira. **Ministério da Justiça e Segurança Pública**, 8 jan. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/apos-um-ano-do-08-de-janeiro-instituicoes-celebram-a-democracia-brasileira>.

BRASIL. Atos de 8 de Janeiro. **Senado Federal**, Senado Notícias, [s.d.]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/destaques/atos-de-8-de-janeiro/pagina/1>.

_____. Comunicado Conjunto por ocasião do encontro entre os Presidentes Lula e Biden. **Ministério das Relações Exteriores**, Brasil, 10 fev. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-por-ocasiao-do-encontro-entre-os-presidentes-lula-e-biden>.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016, p. 496. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>.

_____. Corrente de Comércio Brasil-Estados Unidos. ComexStat — Base de Dados. Brasília: **Ministério da Economia**, 2023. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>.

_____. Divulgação dos resultados das Eleições 2022. **Tribunal Superior Eleitoral**, Eleições 2022, 31 out. 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022/divulgacao-dos-resultados-das-eleicoes-2022>.

_____. Interview by the President of the Republic Luiz Inácio Lula da Silva to CNN Internacional on February 10, 2023. **Presidência da República**, Portal Planalto, 11 fev. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/en/follow-the-government/interviews/interview-by-the-president-of-the-republic-luiz-inacio-lula-da-silva-to-cnn-internacional-on-february-10-2023>.

_____. Lula viaja nesta quinta aos EUA e terá ampla agenda social e econômica com Biden. **Presidência da República**, Portal Planalto, Política Externa, 08 fev. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/02/lula-viaja-nesta-quinta-aos-eua-e-tera-ampla-agenda-social-e-economica-com-biden>.

_____. Nota em Defesa da Democracia. **Três Poderes**, Planalto, 9 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/01/nota-em-defesa-da-democracia>.

_____. Relatório Final. Congresso Nacional, **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023**, Brasília, 17 out. 2023. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=9484688&ts=1697682413143&disposition=inline>.

CASARÕES, Guilherme. O movimento bolsonarista e a americanização da política brasileira: causas e consequências da extrema direita no poder. **Journal of Democracy**, v. 11, n. 2, nov. 2022. Disponível em: <https://www.cech.ufscar.br/pt-br/news/imagens/artigo-casaroes-americanizacao-journal-of-democracy-1.pdf>.

CHAIA, Vera; CHAIA, Miguel. A dimensão política de Brasília. **Cadernos Metrópole**, n. 20, p. 165-178, mar./jun. 2008.

COSTELLO, Thomas. **Invasão ao Capitólio**, 2021. Disponível em:<https://www.usatoday.com/gcdn/presto/2021/01/06/USAT/ced8091b-6d9e-4c8a-9861-b3500a23b706XXX_ErE8IgvXEAYQF_Y.JPG?width=1320&height=990&fit=crop&format=pjpg&auto=webp>.

CRONOLOGIA: Golpistas atacam Congresso, Planalto, STF em Brasília. **O Globo**, [s.d.]. Disponível em: <https://infograficos.oglobo.globo.com/brasil/cronologia-golpistas-atacam-congresso-planalto-stf-brasilia.html?_ga=2.107380608.329459539.1689502103248680048 7.1625175732>.

DAHL, Robert. **A Democracia e Seus Críticos.** São Paulo: Martins Fontes, 2012.

_____. **Poliarquia**: Participação e Oposição. São Paulo: EdUSP, 1997.

_____. **Sobre Democracia**. Brasília: Editora UnB, 2009.

DISCURSO de posse do presidente Lula no Congresso Nacional. **Lula**, Brasília, 1 jan. 2023. Disponível em:<https://lula.com.br/discurso-de-posse-lula-2023/>.

DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo. **História das Relações Internacionais do Brasil**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.

EUA. Brazil: Background and U.S. Relations.**Congressional Research Service (CRS)**, mai. 2022. Disponível em: <https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R46236/7>.

___. Constituição Americana de 1789. **Senado Americano**, 1789. Disponível em: <www.senate.gov/civics/constitution_item/constitution.htm>.

___. Declaração de Direitos Americana, 1791 (Bill of Rights, 1791). **Senado Americano,** 1791. Disponível em: <https://www.archives.gov/founding-docs/bill-of-rights-transcript#toc-amendment-i-2>.

EUA. FACT SHEET: The Biden-Harris Administration's Abiding Commitment to Democracy Renewal at Home and Abroad. **White House**, Statements and Releases, 29 mar. 2023. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2023/03/29/fact-sheet-the-biden-harris-administrations-abiding-commitment-to-democratic-renewal-at-home-and-abroad/>.

___. FACT SHEET: The Biden-Harris Administration's Abiding Commitment to Democratic Renewal at Home and Abroad. **White House**, Statements and Releases, 29 mar. 2023. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2023/03/29/fact-sheet-the-biden-harris-administrations-abiding-commitment-to-democratic-renewal-at-home-and-abroad/>.

___. FACT SHEET: The Biden-Harris Administration is Taking Action to Restore and Strengthen American Democracy. **White House**, mar. 2021. Disponível em:<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/12/08/fact-sheet-the-biden-harris-administration-is-taking-action-to-restore-and-strengthen-american-democracy>.

___. Interim National Security Guidance. **White House**, mar. 2021. Disponível em:<https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/AD1124337.pdf>.

___. Remarks By President Biden At The Summit For Democracy Opening Session. **White House**, 9 dez. 2021. Disponível em:<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/12/09/remarks-by-president-biden-at-the-summit-for-democracy-opening-session/>.

___. Remarks by President Biden to Mark One Year Since the January 6th Deadly Assault on the U.S. Capitol. **White House**, 6 jan. 2022. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2022/01/06/remarks-by-president-biden-to-mark-one-year-since-the-january-6th-deadly-assault-on-the-u-s-capitol/>.

___. Remarks by the President to the People of Brazil in Rio de Janeiro, Brazil. **White House**, 20 mar. 2011. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2011/03/20/remarks-president-people-brazil-rio-de-janeiro-brazil>.

___. Summit for Democracy 2021. **U.S. Department of State**, fev. 2021. Disponível em: <https://www.state.gov/summit-for-democracy/>.

___. Three Years Since the Jan. 6 Attack on the Capitol. **U.S. Department of Justice**, District of Columbia, 5 jan. 2024. Disponível em: <https://www.justice.gov/usao-dc/36-months-jan-6-attack-capitol-0>.

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS NO BRASIL. Declaração Conjunta da Reunião entre os Presidentes Lula e Biden. **Embaixada dos Estados Unidos no Brasil**, 10 fev. 2023. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/declaracao-conjunta-da-reuniao-entre-os-presidentes-lula-e-biden/>.

EMBAIXADA E CONSULADOS DOS EUA NO BRASIL. Diálogo de Alto Nível Brasil-Estados Unidos: Democracia e Governança. **EUA Embaixada e Consulados no Brasil**, 25 abr. 2022. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/dialogo-de-alto-nivel-brasil-estados-unidos-democracia-e-governanca/>. Acesso em: 26 jan. 2024.

FILHO, Antonio Alves de Vasconcelos. Militares no governo Bolsonaro: tutela à democracia brasileira? **CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa, v. 1, n. 26, p. 291-309, jan./jun . 20.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Aula Inaugural no Collège de France. 19ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na Política Externa brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos**, v. 6, n. 12, p. 211-246. Rio de Janeiro: 1993.

_____; TEIXEIRA, Tatiana. Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações Brasil-EUA. **Revista Sul Global**, v. 1, n. 1, p.192-211, 2020.

IORIS, Rafael. Democracy under attack in Brazil: 5 questions about the storming of Congress and the role of the military. **The Conversation**, 9 jan. 2023. Disponível em: <https://theconversation.com/democracy-under-attack-in-brazil-5-questions-about-the-storming-of-congress-and-the-role-of-the-military-197396>.

JONES, Bruce; HART, Sophia; GARCÍA, Diana Paz. Autonomy or alignment? The US-Brazil relationship in a changing world order. **The Brookings Institute**, ago. 2023. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/autonomy-or-alignment-the-us-brazil-relationship-in-a-changing-world-order/>.

JÚNIOR, Jaime de Souza. Democracy as a disputed ‘message’ in Brazil’s 2022 elections: tracing echoes of trumpism and (de)naturalisation of violence across media spaces. **Cadernos Linguagem Sociedade**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 101-120, jul./dez. 2023.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Estados Unidos**: Estado nacional e narrativa da nação (1776-1900). 2ª ed. São Paulo: EdUSP, 2018.

KRAUTHAMMER, Charles. The Unipolar Moment. **Foreign Affairs**, America and the World, 1 jan. 1990.

LOPES, Dawisson Belém. Política Externa na Nova República: os primeiros 30 anos. Belo Horizonte: **Editora UFMG**, 2017, p. 163-189.

O Edifício da Capital em Washington. Disponível em: <https://www.meisterdrucke.pt/impressoes-artisticas-sofisticadas/American-Photographer-(after)/1068906/O-Edif%C3%ADcio-da-Capital-em-Washington-(foto-a-p-b).html>. Acesso em: 16 jan. 2024.

OLIVEIRA, Renata Peixoto de. Cúpula da democracia de Biden: poder, crise e hipocrisia. Observatório Político dos Estados Unidos, **Informe OPEU**, 9 abr. 2023. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2023/04/09/cupula-da-democracia-de-biden-poder-crise-e-hipocrisia/>.

OUR World in Data. **Democracy Index 2021**, Economist Intelligence Unit, 2023. Disponível em: <https://ourworldindata.org/grapher/democracy-index-eiu?time=2020>.

OSHIN, Olafimihan. US lawmakers condemn Jan. 6-style rioting at Brazilian government offices. **The Hill**, International, 9 jan. 2023. Disponível em: <https://thehill.com/policy/international/3805369-us-lawmakers-condemn-jan-6-style-rioting-at-brazilian-government-offices/>.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. **As relações Brasil-Estados Unidos**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2011.

PEREIRA, Antonio Kevan Brandão. **Teoria democrática contemporânea: o conceito de poliarquia na obra de Robert Dahl**. 2013. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

PERES, Eraldo. **Invasão a Brasília**, 2023. Disponível em: <https://s2-valor.glbimg.com/QXV_cd-vQXQ3XhUi6KXBLqgEioc=/0x0:3840x2560/984x0/smart/filters:strip_icc()/i.s3.glbimg.com/v1/AUTH_63b422c2caee4269b8b34177e8876b93/internal_photos/bs/2023/4/W/NxZ2DoT7ABWlKgJD7Wew/bb4dd7e5b3c14ae99f2437ac6344db17-0-858dba829c4148238f0b1d0a89e4c723.jpg>.

PRESIDENTIAL Election Results: Biden Wins. **The New York Times**, 3 nov. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2020/11/03/us/elections/results-president.html>.

PRAÇA dos Três Poderes. **Acervo do Arquivo Nacional**, Wikimedia. Disponível em: <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Pra%C3%A7a_dos_Tr%C3%AAs_Poderes_-_BR_RJANRIO_PH_0_FOT_00742_0022,_Acervo_do_Arquivo_Nacional.jpg>.

RICUPERO, Bernardo. A República e a Descoberta da América: nova forma de governo e mudança identitária no Brasil da década de 1890. **Dados**, mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/w5qyFVn3CP8nVZMVWc96hft/?lang=pt>.

RUBIN, Jeffrey W.; IORIS, Rafael R. Brazil's election goes beyond a battle between left and right — democracy is also on the ballot. **The Conversation**, 27 set. 2022. Disponível em: <https://theconversation.com/brazils-election-goes-beyond-a-battle-between-left-and-right-democracy-is-also-on-the-ballot-190872>.

RODRIGUES, Theófilo Machado; BELLATO, Caíque. A Crise da Democracia Liberal no início do Século XXI: duas abordagens da Teoria Política. **Agenda Política**, v. 9, n. 1, p. 253-279, jan./abr. 2021.

SADER, Valentina. Biden and Lula must discuss fortifying their democracies, but that's just the start. **Atlantic Council**, 9 fev. 2023. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/new-atlanticist/biden-and-lula-must-discussfortifying-their-democracies-but-thats-just-the-start/>.

SELCHER, Wayne E. Is the United States 'exceptional'? Observatório Político dos Estados Unidos, **Estudos e Análises**, 3 ago. 2021. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2021/08/03/is-the-united-states-exceptional/>.

SILVA, Álvaro Vicente Costa. A política externa do governo Michel Temer: (2016-2018): mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann. **Conjuntura Austral**, v. 10, n. 49, p. 23-41, 2019.

TEIXEIRA, Tatiana. Lula e Biden: uma relação com ganhos e (novos) limites para Brasil e EUA. Observatório Político dos Estados Unidos, **Informe OPEU**, 11 fev. 2023. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2023/02/11/lula-e-biden-uma-relacao-com-ganhos-e-novos-limites-para-brasil-e-eua/>.

THE discreet US campaign to defend Brazil's election. **Financial Times**, 20 jun. 2023. Disponível em: <https://www.ft.com/content/07533564-2231-47a6-a7b8-2c7ae330efc5>.

TRUMP, Donald. Read: Former President Donald Trump's January 6 speech. **CNN**, 8 fev. 2021. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2021/02/08/politics/trump-january-6-speech-transcript/index.html>.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na américa**: leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VIANA, Natalia. Biden Can't Ignore America's Role in Brazil's Insurrection. **Foreign Policy**, 10 fev. 2023. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2023/02/10/biden-lula-brazil-united-states-jan-6-jan-8-bolsonaro-far-right-democracy-disinformation/>.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: a Estratégia da Autonomia pela Diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.29, n. 2, p. 273-335, jul./dez, 2007.

WALKER, R. B. J. **Inside/Outside**: Relações Internacionais como teoria política. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2013.